
Investimentos atuais e expansão de monoculturas de árvores na África

Em 2020, o WRM denunciou e alertou sobre um relatório do Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) e do WWF Quênia. O relatório chamava as instituições financeiras a apoiar o estabelecimento de 500 mil hectares de novas monoculturas de árvores na África subsaariana, ignorando os impactos nocivos, muitas vezes violentos, que essas plantações têm sobre as comunidades locais. (1) O relatório também recomendava a criação de novos mecanismos de financiamento visando gerar mais lucros para os investidores. Este artigo analisa em que medida essas recomendações se concretizaram desde então, descrevendo investimentos recentes em plantações industriais de árvores e a expansão dessa atividade na África.

Investimentos recentes e mecanismos financeiros impulsionam a expansão das monoculturas de árvores

Nos últimos anos, instituições públicas e privadas têm investido na expansão de plantações industriais de árvores na África para aumentar seus lucros. As três iniciativas a seguir fornecem algumas informações sobre como o negócio funciona, ou seja, quem está investindo, onde, como e com qual finalidade.

Africa Sustainable Forestry Fund – ASFF (operado pela Criterion African Partners)

Em 2019, quando foi publicado o relatório BAD-WWF Quênia mencionado acima, a empresa privada Criterion Africa Partners (CAP), com sede nos Estados Unidos, autodescrevia-se como “a maior investidora privada no setor de silvicultura sustentável da África”. (2) Desde então, por meio de seu Fundo Africano de Silvicultura Sustentável (ASFF II), a CAP tem administrado 150 milhões em investimentos. Alguns deles vieram do BAD, enquanto a maior parte veio de governos do Norte Global por meio de suas instituições financeiras, como Banco Europeu de Investimento (BEI), FMO (Holanda), BIO (Bélgica), FinDev Canada (Canadá). (3)

Os dados disponíveis indicam que a CAP controla atualmente pelo menos 135 mil hectares de plantações industriais de eucalipto, pinus e teca em vários países do continente africano, como África do Sul, Tanzânia, Moçambique, Uganda, Gana, Gabão e Namíbia. (4) Mais recentemente, em 2025, a empresa anunciou uma nova rodada de captação de recursos para estabelecer um novo instrumento de investimento, o ASFF III, (5) que visa arrecadar 180 milhões de dólares, e já garantiu 30 milhões do banco de desenvolvimento holandês FMO. (6)

African Forestry Impact Platform – AFIP (operada pelo grupo New Forests)

Outra iniciativa recente e expressiva foi a criação da Plataforma Africana de Impacto Florestal (AFIP) em 2022, que conta com um investimento de 200 milhões de dólares dos governos da Noruega, da Finlândia e do Reino Unido, por meio de suas instituições financeiras de desenvolvimento. A AFIP é gerida pela New Forests, uma das maiores gestoras privadas de terras e plantações industriais de árvores do mundo, que supervisiona mais de 8 bilhões de dólares em ativos e mais de 4 milhões de hectares em nível global. (7)

A primeira ação da AFIP foi adquirir a Green Resources, que se autoproclama “a maior empresa de desenvolvimento ‘florestal’ e beneficiamento de madeira da África Oriental”. (8) O longo histórico de violações da Green Resources contra comunidades rurais na Tanzânia, (9) em Uganda (10) e em Moçambique (11) parece ser irrelevante para os seus novos proprietários e investidores do Norte. Mais recentemente, em 2025, a AFIP adquiriu outra empresa de plantações de madeira, a Rance, expandindo suas operações para a África do Sul (12) e ampliando sua área de controle para mais de 50 mil hectares de monoculturas de eucalipto e pinus.

ASC Impact Forestry Fund (operado pela Nixdorf Impact Movement Management)

Uma terceira iniciativa relevante e recente foi o lançamento do Fundo para a Silvicultura de Impacto ASC, em 2022, pela família austríaca Kirchmayer. O ASC Impact já captou mais de 40 milhões de dólares e atualmente controla mais de 60 mil hectares de monoculturas de árvores na Etiópia, na República do Congo e em Angola. (13) O objetivo é ampliá-lo para 200 milhões e expandir a área de plantio a até 150 mil hectares. (14) O ASC prometeu aos investidores um retorno anual de 20 por cento. A aposta parece arriscada, visto que o fundo já começou a gerar desconfiança entre comunidades nativas da Etiópia devido a falta de transparência e processos de consentimento pouco claros. As comunidades temem que a iniciativa leve à expropriação e à perda de seus meios de subsistência. (15)

O que essas propostas empresariais têm em comum?

Nenhuma das iniciativas acima nem outras que encontramos ao escrever este artigo correspondem exatamente ao modelo de financiamento que o WWF Quênia e o BAD defenderam em 2019, mas uma comparação da arquitetura financeira das três propostas revela alguns aspectos em comum. Chama a atenção, por exemplo, o fato de as três iniciativas de investimento estarem registradas em paraísos fiscais: a ASFF, inicialmente registrada no Canadá, agora tem registro em Maurício (Ilhas Maurício); (16) a AFIP está registrada em Singapura; (17) e o ASC, na Suíça. (18) Esses três paraísos fiscais oferecem algumas das condições mais favoráveis ??para a prática de abuso fiscal empresarial, ou seja, a redução artificial dos lucros tributáveis ??de empresas para diminuir – ou até mesmo zerar – impostos. (19) Isso faz com que governos percam receitas que poderiam financiar serviços públicos, principalmente nos países onde a atividade econômica de fato ocorre.

Outro aspecto que essas três iniciativas têm em comum, e que também é compartilhado pelo WWF Quênia e pelo BAD, é sua visão sobre o plantio de árvores na África. Eles usam os seguintes argumentos: as oportunidades de mercado para produtos de madeira são imensas porque a demanda global está em ascensão (uma demanda que é impulsionada, pelo menos em parte, por um lobby empresarial permanente, como o WRM alertou em um artigo recente); (20) as vastas e baratas 'terras vazias' da África são um terreno promissor para investimentos lucrativos de longo prazo; “qualquer expansão da produção doméstica seria benéfica” para a África; (21) e, por fim, a crise climática apresenta a oportunidade de multiplicar investimentos e aumentar lucros por meio de créditos de carbono e de biodiversidade. Os documentos dos projetos apresentados pelas empresas envolvidas se assemelham mais a folhetos de propaganda para atrair ou justificar investimentos do que a fontes sérias de informação sobre o contexto de expansão das plantações industriais no continente. Mas essa estratégia tem conseguido mobilizar dinheiro do Norte global para investimentos nessas plantações, com os três fundos de investimento mencionados acima já tendo arrecadado quase 500 milhões de dólares.

Com quantias tão significativas de dinheiro fluindo do Norte global para a expansão das monoculturas de árvores na África, será que a área dessas plantações industriais aumentou no ritmo

esperado?

O que realmente se expandiu?

Uma das formas de descrever a expansão das plantações industriais de árvores é como costumam fazer instituições internacionais como a FAO, por exemplo: em termos de hectares. Outra forma de abordar essa expansão é citar a multiplicação dos conflitos e da violência contra as comunidades que enfrentam a invasão das monoculturas em seus territórios. Discutiremos isso mais adiante neste artigo.

Em termos de área, os dados da FAO indicam que, entre 2020 e 2025, as plantações comerciais de árvores cresceram quase 600 mil hectares na África, menos apenas que a expansão ocorrida na Ásia. (22) Analisando por região, o aumento ocorreu principalmente na África Subsaariana, em especial nos países das regiões Ocidental e Central, onde a área total de plantações ultrapassou a da África Austral e Oriental. Ambas as regiões ultrapassaram os 5 milhões de hectares, como mostra o gráfico, com a área total no continente em 2025 chegando a 11,8 milhões de hectares, segundo os dados da FAO.

Image

Fonte: Elaborado pelo WRM a partir da agregação de dados específicos de cada país, disponíveis

em <https://fra-data.fao.org/>.

Em nível nacional (ver mapa), os dados mostram que a significativa expansão das plantações industriais na África Ocidental e Central não foi impulsionada por um único país nem por alguns países específicos; pelo contrário, parece ser um fenômeno generalizado. Enquanto isso, na África Oriental e Austral, o aumento se concentrou em Moçambique, Etiópia e Uganda.

Mapa – Dinâmica das plantações comerciais de árvores por país entre 2020 e 2025:*

Image

**Somente os países com uma área de plantações superior a 15.000 hectares foram coloridos. Para os países cuja variação da área foi inferior a 1 por cento, considerou-se que a área permaneceu igual (amarelo).*

Uma narrativa violenta, com consequências violentas

Os dados da FAO indicam que a expansão de 500 mil hectares prevista pelo BAD e pelo WWF Quênia em 2019 para os países da África Subsaariana basicamente se concretizou. Embora a confiabilidade desses dados seja incerta, o que 'é' certo é que as terras onde as árvores foram plantadas não estavam 'prontamente disponíveis', como afirmam o WWF Quênia e o BAD. Afinal, o 'mito da abundância de terras' ignora o fato de que áreas frequentemente rotuladas como 'vazias' geralmente sustentam pastoreio, agricultura itinerante, coleta, práticas culturais e outros aspectos fundamentais para as comunidades rurais tradicionais. (23) Dito de outra forma, essa terra está longe de ser vazia, entre outros motivos, porque é fértil – e por isso interessa a quem investe em plantações.

Essa forma corporativa de se referir à terra na África, que, ironicamente, é o continente com a maior

parcela de sua população vivendo e em áreas rurais e delas dependendo (quase 80 por cento em vários países), reflete o mesmo espírito e as mesmas intenções das iniciativas de investimento mencionadas anteriormente neste artigo. Trata-se de uma forma de encarar um determinado território segundo a qual, se a terra ainda não está produzindo mercadorias conectadas aos mercados capitalistas, ela é considerado 'prontamente disponível' para empreendimentos capitalistas. Nos cálculos não divulgados dos investidores, é possível que os conflitos que surgem com as iniciativas de plantações, assim como as próprias comunidades, sejam simplesmente omitidos ou incluídos na matriz de investimento como 'riscos' ou 'custos'.

Lutas e resistência comunitárias

A consequência prática dessa visão é que não há como as plantações industriais se expandirem sem gerar conflitos. Não é mera coincidência que o recente crescimento da área de monoculturas de árvores na África tem sido diretamente associado a diversas lutas comunitárias nos últimos cinco anos.

Na **Tanzânia**, nos distritos de Iringa, Mufindi e Kilombero, as plantações de eucalipto e pinus, promovidas como 'solução' climática e operadas pela Green Resources – agora pertencente à Plataforma Africana de Impacto Florestal (AFIP) – continuam associadas a apropriação ilegal de terras, desmatamento, destruição de pastagens, conflitos fundiários, insegurança alimentar e promessas não cumpridas. Esses impactos agravam o empobrecimento e a desintegração social das comunidades afetadas. (24)

No **Gabão**, na província de Haut-Ogooué, a empresa Sequoia alega ter obtido 60 mil hectares para estabelecer um projeto de monocultura de eucalipto com o objetivo de vender créditos de carbono. Apesar da rejeição do projeto pelas comunidades locais e da ausência de consulta prévia, livre e informada, os responsáveis pelo projeto continuam avançando com ele. (25)

Em **Serra Leoa**, no distrito de Port Loko, a empresa Carbon Done Right, que planeja estabelecer 25 mil hectares de plantações industriais de árvores para o mercado de carbono, tem violado direitos consuetudinários sobre a terra e desrespeitado o direito das pessoas ao consentimento livre, prévio e informado, de acordo com pesquisa realizada com moradores de 25 aldeias da região. (26)

Em **Moçambique**, nas províncias de Zambézia e Manica, persistem problemas como apropriação de terras, esgotamento de fontes de água, condições de trabalho precárias e promessas não cumpridas da Portucel (subsidiária da empresa europeia de celulose e papel The Navigator Company). (27) Cansadas de viver cercadas e encurraladas por eucaliptos, as comunidades se uniram para lutar contra os impactos das monoculturas. (28) As mulheres dessas comunidades tomaram a iniciativa e começaram a recuperar áreas anteriormente ocupadas por eucaliptos para cultivar alimentos.

Exemplos como os mencionados acima mostram a forma com que as plantações introduzem diferentes formas de violência, que as comunidades continuam enfrentando à medida que essas monoculturas invadem cada vez mais seus territórios. Mas esses exemplos também revelam que, em muitos lugares, as comunidades estão lutando para defender e retomar suas terras.

'Restauração de terras degradadas': uma ideia enganosa usada para promover monoculturas de árvores

Por fim, é importante destacar um argumento enganoso usado para apoiar a expansão das

monoculturas de árvores, principalmente na África: a ideia de que essas plantações contribuem para a 'restauração de terras degradadas'. Primeiro, não existe uma definição única de 'terra degradada'. A definição varia não apenas em termos biofísicos, mas também de acordo com a percepção, os valores e os objetivos de quem fala. Para uma comunidade que construiu uma relação com a terra ao longo de gerações, usando um sistema que, em algum momento, foi rotulado por pessoas de fora como agricultura itinerante ou de pousio, não faz sentido avaliar suas terras unicamente pelos parâmetros da 'agricultura moderna'. Principalmente quando 'agricultura moderna' significa ser altamente dependente de insumos químicos sintéticos, maquinário pesado e sementes modificadas.

Dentro da lógica da agricultura empresarial, o único parâmetro que importa na avaliação da terra é a riqueza monetária que ela produz ou poderia produzir. Por isso, para acessar as áreas onde querem estabelecer suas monoculturas, as empresas de plantação industrial de árvores analisam a fertilidade do solo, as fontes de água e a proximidade de infraestruturas, como estradas e portos. Ao mesmo tempo, buscam influenciar políticas de uso da terra e planos governamentais. Com frequência, procuram terras classificadas como 'subutilizadas', que geralmente pertencem a comunidades. Essas terras não estão totalmente cultivadas, pois parte delas foi deixada 'parada' para recuperar sua fertilidade ou talvez seja usada para caça, pesca, coleta de alimentos ou plantas medicinais e práticas culturais e espirituais. No entanto, empresas e governos tendem a considerar esses sistemas de uso da terra improdutivos e afirmam que “a silvicultura sustentável hoje significa cultivar árvores [monoculturas] em terras previamente degradadas”, como declarado reiteradamente no relatório da British International Investment. (29)

Em outras palavras, essas empresas estão interessadas principalmente em lucros, os quais exigem a maior produção possível por meio de monoculturas que, por sua vez, dependem de terras férteis. É verdade que existem terras naturalmente menos adequadas para a agricultura (por exemplo, terras que sofreram processos de salinização ou acidificação, solos com drenagem deficiente ou regiões com disponibilidade limitada de água), mas essas não são as 'terras degradadas' que as empresas procuram. Na prática, a principal função do argumento sobre a restauração de terras degradadas é encobrir a apropriação de terras e o deslocamento de comunidades. Além disso, a própria ideia de restaurar solos degradados por meio de grandes monoculturas que inevitavelmente reduzem a biodiversidade e secam nascentes e riachos deveria, por si só, ser considerada uma contradição.

Considerações finais

A expansão das monoculturas industriais de árvores na África subsaariana deve ser entendida como parte de uma dinâmica mais ampla de controle de terras e extração de recursos no Sul global, impulsionada por atores do Norte. Por trás do discurso da 'silvicultura sustentável' e da 'restauração', instituições financeiras, bancos de desenvolvimento e investidores privados do Norte continuam canalizando grandes somas de dinheiro para projetos em países do Sul, que concentram terras, deslocam comunidades e aprofundam conflitos existentes. A atual expansão das plantações industriais de árvores na África subsaariana revela que os padrões coloniais persistem como uma característica marcante em toda a implementação dessa atividade. No entanto, em todo o continente, as comunidades continuam denunciando a apropriação de terras e defendendo seus territórios, reafirmando que suas terras não estão 'vazias' nem disponíveis para empreendimentos externos para gerar lucro.

Secretariado internacional do WRM

Referências:

-
- (1) WRM, 2020. [O Banco Africano de Desenvolvimento e a indústria de plantações de árvores.](#)
 - (2) KVTC. Creating value, Conserving forests - [Kilombero Valley Teak Company: A model for responsible forestry in Sub-Saharan Africa](#)
 - (3) [Africa Sustainable Forestry Fund II](#) and [Africa Forestry Fund II](#)
 - (4) [Criterion Africa Partners](#)
 - (5) O ASFF III segue seus predecessores, o ASFF II (2018) e o ASFF I (2010))
 - (6) [FMO](#)
 - (7) [New Forests](#)
 - (8) [Green Sources](#)
 - (9) WRM, 2021. [Comunidades na Tanzânia enfrentam problemas causados pelas plantações de árvores da Green Resources](#)
 - (10) [The Oakland Institute, 2019. Evicted for Carbon Credits](#)
 - (11) JÁ, 2017. [Conflitos de terra entre a Green Resources Moçambique e as comunidades locais levados a discussão na Noruega e na Suécia](#)
 - (12) New Forests, 2025. [New Forests expands portfolio in Africa by acquiring Rance Timber](#)
 - (13) [SECA. ASC Impact Profile](#)
 - (14) [ASC Impact](#)
 - (15) Farm Land Grab, 2026. [Confusion and alarm over ASC Impact's carbon plantations in Gambella, Ethiopia](#)
 - (16) BII, [Africa Forestry Fund II](#)
 - (17) BBII, [Africa Forestry Fund II](#)
 - (18) SECA, 2025. [Year Book 2025](#)
 - (19) Tax Justice Network, 2025. [The world's Biggest enablers of corporate tax abuse](#)
 - (20) WRM, 2025. [Quem precisa de mais papel e celulose?](#)
 - (21) Como declarado no relatório do WWF Quênia e do BAD (p. 22), disponível em: [unclearn.org](#)
 - (22) Os dados sobre a área fornecidos aqui correspondem aos mais recentes da FAO sobre "Florestas Plantadas", disponíveis em [data.fao.org](#). Observe que, na prática, a FAO depende de dados nacionais que podem ou não ser precisos, e que sua definição de "floresta plantada" inclui grandes áreas com árvores de uma única espécie, idade uniforme e espaçamento homogêneo, destinadas à colheita após alguns anos para fins comerciais (ver a definição completa em FRA 2025, p. 25). Em 2025, essas "florestas" plantadas representavam quase 85% da categoria mais geral de "Florestas Plantadas" da FAO no continente africano, com 83% da área coberta por espécies exóticas (não nativas). Chamar essas plantações de "florestas" é deliberadamente enganoso e uma forma indireta de apoiar empresas madeireiras, de celulose e papel e de borracha cujas atividades comerciais são, na verdade, uma causa de fundo da destruição florestal.
 - (23) The Oakland Institute, 2025. Nota à imprensa: Debunking the Myth of Land Abundance - [Africa Must Reclaim Its Lands from False Climate Solutions and Corporate Capture\]](#)
 - (24) WRM, 2021. [Comunidades na Tanzânia enfrentam problemas causados pelas plantações de árvores da Green Resources](#)
 - (25) WRM, 2024. Gabão: [Controvérsia sobre o projeto de monocultura de eucalipto nos Planaltos Batéké](#)
 - (26) Heks Eper, 2024. [Controversial carbon offset project spells hardship for local communities](#)
 - (27) WRM, 2024. A Portucel/Navigator e o eucalipto em Moçambique: ["O que essa empresa deixa para a população é 0%"](#)
 - (28) WRM, 2025. [Resistência em pé: comunidades se unem contra os impactos da monocultura do eucalipto em Moçambique](#)
 - (29) BII, 2024. [Relatório de investimentos da British International Investment](#)

